

Entre o ser e o estar: o feminino no discurso literário

Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira
Professora Pós-Doutora do Departamento de Letras-UNICENTRO/
Guarapuava(PR)
nincia@unicentro.br

Resumo: A pesquisa analisa a escrita de autoria feminina. O objetivo é examinar a relação entre literatura e a presença da mulher nas práticas sociais de uma cultura que se construiu a partir do androcentrismo, que criou uma imagem negativa do feminino e projetou como um "outro". O estudo se propõe a analisar o lugar de onde o sujeito enunciativo constrói seu discurso, ou seja, lugar de repetição ou ruptura dos discursos circulantes na sociedade, e, ainda, demonstrar como o sujeito histórico feminino formula seu discurso, trabalha a linguagem para produzir sentido e, assim, escreve sua história. Desse modo, de um lado a pesquisa tem como meta contribuir para a discussão sobre a representação do papel da mulher na sociedade contemporânea, a partir do viés literário.

Palavras-chave: autoria feminina; discurso literário; identidade.

Abstract: The main objective of the study is to search how the feminine enunciation appears in their short stories and in women in general. This study examines the relationship between literature and the feminine insertion in the social practices of a culture that is relied on androcentrism, which creates a negative image of the female and projects such image as "other". This study analyses the place from which the enunciatory subject constructs its discourse, that is, the place of repetition or disruption of the common discourses in society. It also shows how the historic feminine subject formulates its discourse, uses language to produce meaning and to construct its history.

Key-words: women's writings; literature discourse; identity.

“O mito da mulher desempenha um papel considerável na Literatura; mas que importância tem na vida cotidiana? Em que medida afeta os costumes e as condutas individuais? Para responder a essas perguntas seria necessário determinar as relações que mantém com a realidade” (BEAUVOIR, 1980).

As investigações que visam a resgatar textos de autoria de mulheres hoje constituem uma das mais produtivas linhas de pesquisa no âmbito dos estudos feministas. Elas têm levantado questões esclarecedoras e pertinentes sobre o sistema de representações operadas pelo construto da história literária. Isso se deve ao fato de que seus fundamentos estão comprometidos com convicções estéticas, ao expressar valores ideológicos explícitos, mantenedores da invisibilidade no cânone da produção literária procedente da autoria de mulheres. Salienta-se a importância da revisão do discurso crítico, pois é ele o responsável, em última análise, pelo estabelecimento de quadros de referência que regulam as condições de recepção de obras dentro de um determinado contexto nacional, vindo a definir o que se entende por boa literatura e, portanto, a determinar que obras constituem a singularidade representativa, discursiva e simbólica da cultura nacional.

A literatura de autoria feminina, para Duarte (2003), “[...] tem se revelado um campo profícuo, porém, dela ainda é requerida afirmação plena no interior da literatura universal”. A visibilidade de tal produção revela aspectos de uma intimidade preservada ao longo dos séculos da história e propicia a insurgência de um vivido, marcado pelo recato, pelo segredo, pela sutileza ou, mesmo, por um cotidiano enredado em obediência, submissão, acomodação, resistência e/ou afirmação. Na natureza representativa da literatura, está o seu modo de ser, de existir, dependente de sua função tanto artística como social em seu caráter documental. O fenômeno literário, tomado como conjunto de elementos interdependentes, que agem em interação, desenvolve-se historicamente dentro de um outro sistema maior, revelando todas as nuances da cultura e recriando aspectos da realidade. Inquestionável, portanto, a contribuição de tais vivências, cujos relatos, através da

literatura, são convertidos em documentos escritos e publicados, legados aos que serão vindouros.

O objetivo deste trabalho é, pois, examinar a relação entre literatura e a presença da mulher nas práticas sociais e discursivas de uma cultura construída a partir do androcentrismo, ao criar a imagem negativa do feminino e ao projetá-la como outro. Se o masculino está para a norma, para o universal, o feminino está para o desvio, para o particular, o inessencial, segundo Beauvoir (1980).

Os conceitos e limites do que se entende por tradição estão sendo redefinidos nesses últimos tempos. Em função dos princípios globalmente entendidos como pós-modernos, advindos do pós-estruturalismo e do feminismo, parte-se hoje do reconhecimento de que as fronteiras e as margens no plano das manifestações da cultura não são absolutas. Sabe-se que, de modo geral, a tarefa de descrever a tradição literária não poderá se reduzir ao traçado e à ordenação diacrônica do cânone. Ao contrário, seguindo o percurso unilinear do processo, que não deve ser desprezado, deve-se levar em conta que este se encontra envolvido por um tecido enredado de manifestações de margem, as quais se cruzam entre si e com o fio central.

O que seria, a rigor, a identidade, senão algo que percorre os caminhos do sensível e do imaginário? E, nesta medida, a literatura tem se revelado o veículo por excelência para captar sensações e fornecer imagens da sociedade, por vezes não admitidas por esta ou que não são perceptíveis nas tradicionais fontes documentais utilizadas pelo historiador. As representações literárias registram, em suas particularidades formais, em seus modos e estilos, os símbolos da pluralidade, os sinais que diferenciam mundos histórico-sociais diferentes. Como imagens, essas representações literárias revelam uma relação de contiguidade com a realidade.

Para Chartier (1990), "práticas e representações pressupõem usos e funções diferenciais dos mesmos objetos, leituras plurais de indivíduos, de grupos e da sociedade sobre os mesmos fenômenos e os variados argumentos possíveis." Ele considera que o conceito de

representação permite designar realidades essenciais: em primeiro lugar, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões de mundo (as classificações) e que organizam os esquemas de percepção e avaliação, a partir dos quais se orientam o julgamento e a ação. A seguir, também se designam as formas de exibição do ser social ou do poder político, tais como se dão a ver pela imagem, pelo rito, pela estilização da vida, por signos e pela arte.

Assim, as imagens apresentam ou reapresentam (na modalidade do tempo), ou substituem (na modalidade do espaço), as situações de interação entre os indivíduos e as relações que as articulam às determinações longínquas, às vezes invisíveis, que tornam possível sua realização. Recuperar as imagens produzidas pela literatura, ou buscar traços e gestos esquecidos, marcas perdidas significam reconstituir as representações dessa sociedade.

Por meio da representação, fundam-se os paradigmas do espaço, do tempo, da compreensão da matéria, do signo, da representação, das linguagens, do discurso e do conhecimento. A representação é uma forma de se fazer apresentar o objeto da materialidade crua do mundo, para inseri-lo na trama do signo, da palavra, e, assim, outra vez apresentá-lo. A representação é da ordem do signico ou simbólico, do real possível e do imaginário.

A representação envolve uma relação ambígua entre ausência e presença. Ela é a presentificação de um ausente, que é dá a ver uma imagem mental ou visual e, por sua vez, suporta uma imagem discursiva. Ela, pois, enuncia um outro distante no espaço e no tempo, estabelecendo uma relação de correspondência entre ser ausente e ser presente que se distancia do mimetismo puro e simples. Ou seja, as representações do mundo social não são o reflexo do real, nem a ele se opõem de forma antitética, numa contraposição comum entre imaginário e realidade concreta.

Ocorre, no ato de tornar presente, a construção de um sentido ou de uma cadeia de significações que permite a identificação. Representar, portanto, tem o caráter de anunciar, "pôr-se no lugar de",

estabelecendo uma semelhança que permita a identificação e reconhecimento do representante com o representado. Por outro lado, as representações do mundo social não se medem por critérios de veracidade ou autenticidade, e sim pela capacidade de mobilização que proporcionam ou pela credibilidade que oferecem.

Pode-se dizer que o discurso literário comporta, também, a preocupação com a verossimilhança. A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites de criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos ao historiador. É este, ao que parece, o verdadeiro papel social da literatura: agir por vias sinuosas. O discurso ficcional seria uma quase história, não precisa comprovar nada ou se submeter a testes, mas guarda relações com uma certa refiguração temporal, partilhada com a história.

Se o artista se deixa levar pela imaginação a uma dupla realidade ou se, como ocorre na contemporaneidade, ele evidencia a realidade de modo ideal, ou hostil, ou até mesmo fantástico, é porque de fato essa realidade se lhe apresenta dessa forma. Se a obra de arte literária espelha o mundo, se este mundo manifesta-se diverso do ideal, agressivo, descomposto, fracionado ou corrompido, ela apenas cumpre o seu papel de denunciar a situação em vigor e, quiçá indiretamente, poderá contribuir para uma possível transformação das circunstâncias.

As representações se constituem em categorias importantes na medida em que, por seu intermédio, vislumbra-se a natureza das formações discursivas em que foram concebidas, as relações de poder, os elementos da dominação e da resistência. Ao se representar está-se, concomitantemente, estabelecendo identidades e relações. Essa dimensão da representação torna-se ainda mais evidente quando se lida com produção literária e com seu poder de influenciar as crenças, os valores, as identidades e a memória social.

Ao representar a figura feminina, constrói-se, projeta-se e estabiliza-se a identidade social, em processos definidos histórica e culturalmente. As práticas sociais de representação vigentes de uma

certa época se cristalizam em formas textuais. É possível associar as representações às ordens de discurso a que estão genealogicamente relacionadas e, também, a outros discursos que circulam na sociedade. As práticas discursivas, além de sua dimensão constitutiva na construção social da realidade, constituem também ação social.

O ato de representar reconstrói e reinterpreta o mundo, e por meio do trabalho de substituição do real pela imagem posta, ser representado é sempre mediatizado pelo discurso que o constrói, muitas vezes a realidade da coisa confunde-se com a deformação figurada desta realidade, no sentido de desfazer o baralhamento entre causas e efeitos.

No que tange às representações do feminino, faz-se necessário ter em mente que é do ponto de vista do homem, da palavra masculina - presente/incutida também nas instâncias simbólicas do sexo feminino - que se institui, no campo das representações, um duplo discurso: do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher. Assim, é estabelecida para as duas metades do gênero humano uma maneira de a personagem feminina ocupar o lugar de objeto nos discursos, cujos conteúdos se encarregam de expor como justas as causas da sua subordinação.

Segundo Rajagopalan (2002), é por meio da representação que se afirmam e reivindicam com frequência novas identidades. Produzir textos representa produzir propostas de significação com efeitos de sentidos que não são permanentes ou estáveis, pois o sentido se efetiva no ato do processamento pelo seu leitor/ouvinte, que pode fazer parte de contextos socioculturais diversos. Isso significa que toda nossa capacidade de lidar com o mundo e de ligar conhecimentos provém de nossos interesses e de nossa habilidade de organizar a experiência cognitivamente.

Para Pêcheux (1983), os sentidos de um texto não são transparentes, não estão "prontos" para serem lidos; ao contrário, só podem ser entendidos na rede discursiva, no entrelaçamento de vozes que remetem a outros discursos. A ideologia faz parecer que um

dado discurso é transparente e homogêneo, mas, na verdade, ele é constitutivamente opaco e disperso. Por isso, “as palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1983).

Os discursos e as representações veiculadas fazem mais do que refletir o contexto sócio-cultural, na medida em que participam efetivamente dos processos discursivos que constituem a cultura. Assim, postula-se que as representações apresentadas participaram da construção das identidades femininas. Isso equivale a dizer que não se podem observar apenas indícios de construção do feminino, mas também o processo social em que as representações foram elaboradas.

A questão da identidade está relacionada ao caráter da mudança na modernidade e, em particular, à globalização, que exerce um forte impacto sobre a identidade cultural. As sociedades modernas estão em constante e rápido processo de mudança. Nesse contexto, insere-se a sociedade brasileira, e, em particular, ressaltam-se as mudanças na representação da mulher na mídia, seja como profissional, seja como representante no âmbito político. Seguindo essa abordagem, podemos observar que a literatura não só incorpora elementos da realidade, como também redimensiona e recria essa mesma realidade, podendo ou não reforçá-la.

As representações do feminino no discurso literário têm sua constituição calcada em apreciações de ordem moral e valorativa e em modelos de comportamentos presos ao espírito da nossa cultura, sendo, indubitavelmente, regidas pela lógica patriarcal. No mundo possível, apresentado na narrativa literária e sustentado por laços mantidos com o mundo real, ocorre a seleção dos fragmentos da vida utilizados na construção de um sentido de realidade, em que se misturam processos ideológicos, dos quais surgem a legitimação de um fato social: a condição feminina.

A obra ficcional se alimenta do mundo real no qual atua, refletindo-o e interpenetrando-o e, assim, influenciando ideias. A ficção literária é concebida e produzida em um contexto cultural e, nessa

medida, atende a certas necessidades de representação do mundo que são articuladas e atreladas aos rituais e aos símbolos da prática social ou aos conceitos vigentes sobre o objeto, o dado referencial. Estes padrões encontram-se sintonizados com toda a lógica patriarcal, atuando na reconstrução de uma política de gênero que fixa o feminino como uma categoria sexual natural e imutável e não como uma construção cultural.

Uma vez que o sentido de gênero na ideologia patriarcal não se traduz apenas pela noção de “diferença” do feminino em relação ao masculino, mas pela noção de divisão e inferioridade, a polarização dos sexos, tradicionalmente definida pelos termos “cultura” e “natureza” e perpetua uma mitologia que hierarquiza os papéis sexuais. Em última análise, sabe-se que, devido à tradição patriarcal em nossa cultura, a maior parte dos preconceitos ainda recai sobre as mulheres. O patriarcalismo, enquanto um conjunto de normas elaboradas pelos homens brancos e heterossexuais, sempre esteve calcado em práticas autoritárias, pois exclui certos grupos sociais do seu centro de interesse. Os negros, os sujeitos homossexuais e as mulheres, por ameaçarem a ordem das leis, eram sempre ideologicamente, minimizados pela sociedade.

A representação da figura feminina em obras ficcionais é, segundo Brandão (2004), construída e reproduzida no registro do masculino e não coincide com a mulher. Não é sua réplica fiel, como muitas vezes crê o leitor ingênuo. É, antes, produto de um sonho alheio e aí circula, neste espaço privilegiado que a ficção torna possível. A autora, ao se referir ao texto literário, expõe que nele está o “palco ficcional, metáfora do palco psíquico, com seus espaços, com seu jogo de luz e sombras, com seu discurso de chefe; ele se traveste de forma a confundir o lugar de onde fala e de onde constrói seus fantasmas.” (BRANDÃO, 2004).

Identidade e diferença são criações sociais e intelectuais disputadas nas relações de poder. Na literatura, a representação dos homens e das mulheres e das relações entre eles, tem, há séculos, o

caráter de reservar à mulher a condição de inferioridade. Mesmo na narrativa brasileira contemporânea, a mulher continua representada em condição marginal. Como afirma Lauretis (1994):

As concepções culturais de masculino e feminino, como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.

Se a igualdade de gênero depende da superação da disputa por poder, que reside na base das relações entre os sexos, podemos entender esse mecanismo como uma estratégia masculina de luta no campo social, que subentende a desvalorização daquele com quem se disputam posições, no caso, a mulher. Ao criarem repetidamente personagens femininas em situação inferior, os autores (que são em sua maioria homens) também atuam de forma performativa, como agentes produtores da exclusão das mulheres.

A escrita de autoria feminina busca, por meio dos personagens, estabelecer representações que questionam e contestam as posições ocupadas por homens e mulheres na sociedade. A inclusão social da mulher passa por um processo de renovação da sua identidade em todos os setores, inclusive no campo literário. A produção literária de autoria feminina pretende falar da luta da mulher por espaço, reconhecimento, igualdade, mas, sobretudo, da reformulação da identidade feminina na sociedade.

Joan Scott assevera que o gênero é elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Estas diferenças se fundam em símbolos culturalmente disponíveis, que evocam representações simbólicas e mitos. Além disso, os conceitos normativos põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, e se esforçam para limitar possibilidades metafóricas que opõem de maneira binária e inequívoca as concepções de masculino e feminino. O gênero também tem um aspecto de identidade

subjetiva, ao qual a psicanálise oferece uma teoria interessante de análise. Para Scott (1990), as identidades de gênero são realmente construídas e relacionam-se com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas. Butler (1990) argumenta que o gênero estabelece relações com paradigmas de representações étnicas, raciais, de classes, sexuais e regionais de identidade e, portanto, não pode ser separado de inserções políticas e culturais em que surgem e se mantêm.

A partir da representação de gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. A representação pode ser considerada como a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e do masculino que encarcera homens e mulheres em seus limites.

Nicholson (2000) propõe que, ao se pensar no conceito de mulher, deve-se entendê-lo como uma palavra “cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas sim através da elaboração de uma complexa rede de características [...]”.

A construção da categoria “mulher” inclui discursos de diferentes origens sociais, como o literário, o científico, o religioso, os diversos discursos de senso comum e também discursos de diferentes orientações ideológicas, desde os mais conservadores aos mais progressistas, incluídos aqueles produzidos pelo feminismo.

A construção da identidade feminina se baseia nas características biológicas, na celebração da maternidade e no elogio as numerosas atitudes a ela associadas. Isso acaba por definir a mulher como uma categoria natural, resistente às forças arbitrárias da cultura, da história e da pessoa, sendo assim sempre única e imutável.

Entretanto, a construção de uma identidade feminina universal (situada em alguma medida fora do tempo e do espaço), criada a partir de seus atributos e fundamentada na natureza, encontra-se não apenas nos discursos de senso comum, mas também nos discursos científicos e feministas.

Kandal (1989)¹ assegura que a categoria “mulher” refere-se a uma condição essencial, dada pela natureza ou, então, tornada uma segunda natureza em virtude da prática da dominação masculina. Entre as formulações teóricas mais universalizante, destaca-se a de Lévi-Strauss (1976), que, ao debruçar-se sobre tribos indígenas, percebeu que, na base das relações humanas, a mulher sempre foi um dos bens a serem trocados, o que propicia a agregação requerida para a constituição da sociedade. O antropólogo propõe, como centro do seu modelo, a oposição entre cultura e natureza e a associação entre mulher e natureza, por um lado, e homem e cultura, pelo outro. Dessa ideologia de oposições derivaria a tendência bastante generalizada nas sociedades humanas de representar a mulher associada à natureza/objeto e o homem como parte da cultura/ação transformadora, par de associações que configuraria uma hierarquia.

O feminismo parte do suposto de que as mulheres compartilham, real ou potencialmente, algumas características. Muito embora a intenção progressista do feminismo imprima a idéia de que existe uma identidade feminina essencial, que se exprime em toda parte e tempo de maneira similar, o imaginário que constantemente recria a mulher pode ser entendido como um instrumento cultural usado pelas pessoas para tornarem inteligíveis suas práticas, mais do que como um instrumento de dominação deliberado.

A negação da legitimidade cultural da mulher como sujeito do discurso foi uma realidade até 1970. Isso tem a ver com a ideologia patriarcal dominante que parte da formulação de que os homens criam e as mulheres procriam. Nossa literatura é herdeira da tradição estética europeia, que defende a criação literária como um dom essencialmente masculino, uma criação androcêntrica. Ao assumir

¹ As exceções, segundo Kandal (1989), encontram-se entre os autores que tentaram explicar o conflito mais do que a ordem social. Destaca, para exemplificar, o pensamento de Engels em “A Origem da família, da propriedade privada e do Estado”, a respeito de quem afirma: “[...] não se baseia nas funções da procriação e da maternidade para explicar a origem e perpetuação da opressão da mulher. Ele entende que com a emergência da propriedade privada as mulheres adquiriram um valor de troca [...] e se tornaram instrumentos para a produção de crianças”.

um caráter universalizante, a literatura neutraliza a representação da experiência feminina e subtrai sua importância, por esta não privilegiar as chamadas verdades universais humanas, ou seja, o ponto de vista masculino.

O discurso literário, assim como qualquer outro discurso, carrega elementos representativos da sociedade. Desse modo, todo texto é reflexo da ideologia de seu autor, que, por sua vez, reflete a ideologia de uma sociedade, uma vez que essa ideologia tem, segundo Ricoeur (1977), a função geral de mediar a integração social e a coesão do grupo. Zilberman (2004), referindo-se à literatura, diz que cada leitor pode reagir individualmente a um texto, mas a recepção é um fato social – uma medida comum localizada entre essas reações particulares.

O fato social ao qual ela se refere é a consciência coletiva que permeia um determinado momento histórico, os valores religiosos, morais, políticos, sociais, econômicos, dentre outros, que caracterizam uma geração. Esses valores servem como elementos representativos na obra de arte e esta acaba por tornar-se um reflexo de seu momento. Desse modo, vê-se que a literatura, ao mesmo tempo, em que absorve o comportamento social, forma-o, desempenhando um papel ativo e participando do processo de “pré-formação e motivação” desse comportamento (JAUSS, *apud* ZILBERMAN, 2004).

As construções socioculturais de gênero feminino e masculino traduzem ideologicamente a diferença. Essas construções são categorias da produção cultural e representam um sistema simbólico de configurações binárias e assimétricas de desigualdades sociais entre os sexos que se configuram como uma instância de produção e reprodução de ideologia patriarcal, gerando um processo que dissemina a repressão do feminino. Para Butler (1990), o gênero não é um substantivo somente, nem um conjunto de atributos flutuando livremente, ele é performativo, é sempre um fazer, e pode ser representado em termos de identidade. O gênero pode ser implicitamente construído, de forma não consciente. Butler (1990) argumenta que o discurso de identidade de gênero é intrínseco às ficções de coerência heterossexual e que o

feminismo precisa aprender a produzir uma legitimidade narrativa para todo um conjunto de gêneros não coerentes. O discurso da identidade de gênero é também intrínseco ao racismo feminista, que insiste na não redutibilidade e na relação antagonica entre homens e mulheres.

O sexo está localizado no plano natural e biológico e o gênero no plano social e cultural. O gênero é visto como o discurso da diferença sexual e mantém o sexo como referência explicativa. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo sendo posterior à organização social, é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não se baseia inicialmente numa realidade biológica, mas constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social móvel, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Lauretis (1994) interpreta o sistema sexo-gênero como a construção, a desconstrução e a representação das relações entre homens e mulheres. Fala em “tecnologias de gênero” e considera que o sujeito “gendrado” é criado não apenas pela diferença sexual, mas sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais. É o que observamos na linguagem corrente utilizada nas representações da masculinidade e feminilidade que, geralmente, são construídas sobre estereótipos da “natureza” feminina e masculina. Para romper com esta velha tradição, tem-se, então, de desconstruir o discurso sexista.

De acordo com Derrida (1991), fica evidente a construção de um pólo positivo associado à autoridade do *logos* em que o ser constitui-se como presença, e de um pólo negativo marcado pela ausência do ser. Esse sistema foi denominado de falocêntrico por Cixous (1975), a partir de Derrida (1991), e ela o definiu como “clássicos pares heterossexuais”; são estas as imagens que embasam a construção de gêneros na sociedade ocidental.

As mulheres sofreram ao longo da história um processo de silenciamento e exclusão. O sujeito que fala é primordialmente

masculino, na literatura, na lei e na mídia. A ele são reservados os lugares de destaque. Segundo Bakhtin (1992), o discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz só significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos.

A exclusão histórica da autoria feminina no campo institucional da literatura é o resultado de práticas políticas no campo do saber que privilegiaram a enunciação do sujeito dominante da cultura, o sujeito declinado no masculino. A produção de autoria de mulheres sempre colocou os críticos do passado na defensiva, por várias razões, e dentre elas, o puro preconceito de uma sociedade atrelada a valores patriarcais, para não dizer machistas, que reservava à mulher o papel mais edificante e, a propósito, visto como mais condizente com suas capacidades mentais, ou seja, a de reprodutora da espécie. Assim, a criação cultural da mulher sempre foi avaliada como deficitária em relação à norma de realização estética instituída, obviamente, do ponto de vista masculino.

A experiência feminina sempre foi vista como menos importante no espaço da cultura e da literatura, na impossibilidade de reconhecer-se numa tradição literária. Nas imagens literárias vigentes no cânone ortodoxo, destinava-se o papel de musa ou criatura, o que excluía a mulher do processo de criação, especialmente as mulheres do século XIX, que tiveram que lutar contra as incertezas, ansiedades e inseguranças quanto ao seu papel de escritoras e para impor a autoridade. Desafiando o processo de socialização e transgredindo os padrões culturais, tais escritoras deixaram como legado uma tradição de cultura feminina que, muito embora desenvolvida dentro da cultura dominante, força a abertura de um espaço dialógico de tensões e contrastes que desequilibra as representações simbólicas congeladas pelo ponto de vista masculino.

Em 1970, começa a se evidenciar o debate, hoje irreversível nos meios políticos e acadêmicos, em torno da questão da alteridade. No plano político e social, esse debate ganha terreno a partir dos movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, de

homossexuais e ecológicos, que se consolidam como novas forças políticas emergentes. No plano acadêmico, Foucault, Barthes, Derrida e Kristeva aprofundam os debates acerca do descentramento da noção de sujeito, introduzindo, como temas centrais do debate acadêmico, as idéias de marginalidade, alteridade e diferença.

Assim, é notória a transformação pela qual a crítica feminista passou, juntamente com outras abordagens de crítica literária. Surge daí uma posição mais crítica das pessoas em relação à literatura, mas disso resulta, principalmente, em um maior engajamento político das mulheres. A partir de 1970, a mulher torna-se centro de estudo na crítica literária. Despontam estudos da mulher nas ciências sociais, abordando-a nos seus aspectos histórico, psicológico, social, dentre outros.

Nesse contexto, surgiram perguntas de como seria e o que caracterizaria uma escrita feminina e, em resposta essa indagação, Cixous (1975) cunhou o termo *écriture féminine*². Ela afirmou ser a escrita feminina algo revolucionário porque rompia com as estruturas opressivas e convencionais da linguagem e do pensamento masculino. De acordo com esse conceito, houve discussões sobre a escrita feminina, abrindo espaço a abordagens importantes, como o estudo do gênero.

Uma escrita feminista centra-se na relação cultural de mulheres em sociedade. Não é a escrita que simplesmente fala sobre mulheres, pois homens sempre escreveram sobre mulheres, sem necessariamente produzirem uma escrita feminina. A escrita feminista busca o menor, o microscópico, perpassa pela leveza estranha, pela delicadeza trágica, a sua política é a da subjetividade. Segundo Lobo (1997) :

2 Segundo Cixous (1975), a escrita feminina surge de um reencontro da mulher com o seu corpo. Uma vez recuperada a sua sexualidade. Libertando-se do discurso centrado no falo, a mulher alcança a sua identidade e a produção literária feminina torna-se inesgotável. A relação com o materno desempenha um papel fundamental nesta descoberta pessoal da escrita no feminino, que é possível para os dois sexo.

(...) o termo 'feminino' vem sendo associado a um ponto de vista e a uma temática retrógrados, o termo 'feminista', de cunho político mais amplo, em geral é visto de forma reducionista, só no plano das ciências sociais. Entretanto, deveria ser aplicado a uma perspectiva de mudança no campo da literatura. A acepção de literatura 'feminista' vem carregada de conotações, sendo, em geral, associada à luta pelo trabalho, pelo direito de agremiação, às conquistas de uma legislação igualitária ao homem no que diz respeito a direitos e deveres.

Há um grande número de refutações à existência da escrita feminista, e muitas escritoras afirmam que seria melhor incluir a sua escrita em um subgênero: o feminino. Colasanti (1997), ao ser indagada sobre a existência de uma literatura feminista, afirmou:

A pergunta, feita infalivelmente às escritoras, atua de forma maquiavélica forçando-as a uma definição. Que digam elas próprias se classificam o seu trabalho como feminino ou não. Ora, as escritoras estão perfeitamente conscientes de que ainda hoje um preconceito pesado tende a colorir de rosa qualquer obra de literatura feminina. [...] Muitas escritoras, então, buscando evitar o risco de desvalorização ao declarar feminina sua própria escrita, preferem negar qualquer possibilidade de gênero no texto, e se refugiam no território neutro de uma utópica androginia.

A literatura produzida pelas mulheres é aquela que envolve o gênero humano, aborda temas universais e que se diferencia por meio do ponto de vista, de temas abordados, de universos criados e, principalmente, do meio social da qual se origina e das condições antropológicas, socioeconômicas e culturais. Em vez de se partir do princípio de que mulheres escrevem diferente dos homens, é necessário que haja a identificação dos elementos que compõem o discurso tecido pelas mulheres. O discurso feminino, então, passa a ser a materialização de formações ideológicas.

Por outro lado, a escrita das mulheres revela que o texto produzido possui elementos de expressão social, o que significa que o modo de produção desse discurso vai determinar suas ideias e comportamento, mesmo que o discurso em questão seja literário. Para Fiorin (2004): "A análise, em síntese, não se interessa pela verdadeira

posição ideológica de quem produz o discurso, mas pelas visões de mundo inscritas no discurso”.

A negação de algumas escritoras, ao serem indagadas a respeito da existência de uma escrita feminina, advém do preconceito que se instaurou ao longo da História, como se isso fosse marca de inferioridade. Provém de um momento em que as diferenças precisavam ser negadas para que se conseguisse igualdade entre homens e mulheres, quando o feminismo apregoava o modelo andrógino que os via absolutamente iguais. A literatura tem como base a linguagem, e esta para comunicar, resulta em efeito de sentidos entre locutores. A escrita de si, para Foucault (1993), “atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que a recebe”. Examinar as marcas da construção subjetiva da mulher no espaço enunciativo da literatura implica compreendê-la em sua relação com as formações sociais e históricas em que foram produzidas e as redes de sentidos a que se filiam. Assim, a linguagem literária busca atravessar o texto para encontrar um sentido e produz o conhecimento a partir do próprio texto, concebendo-o em sua discursividade.

A escrita de autoria feminina é um trabalho simbólico, e é portadora de um sujeito da linguagem descentrado, que é afetado por meio da língua e da ideologia. Isso implica dizer que o sujeito discursivo funciona através do inconsciente e pelo aspecto ideológico. Além disso, outras dimensões deverão também ser consideradas, como aponta Maingueneau (1989) e o quadro das instituições em que o discurso é produzido; os embates históricos e sociais, que se cristalizam nos discurso e o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso. Nesse ponto, dois conceitos tornam-se nucleares: o de ideologia e o de discurso. O resgate do termo “feminino” acima de um contexto semântico eivado de preconceitos e estereótipos equivale a reescrevê-lo numa prática libertadora que tem como objetivo tornar visível o que foi silenciado e colocado em plano associado ao rótulo de expressão menor.

Atualmente, a literatura feita por mulheres envolve a conquista da identidade e da escritura, vencidos os condicionamentos de uma ideologia que a manteve nas margens da cultura. Superadas as necessidades de apresentar-se sob o anonimato, de usar pseudônimo masculino e de utilizar-se de estratégias para mascarar seu desejo, a literatura escrita por mulheres engaja-se, hoje, num processo de reconstrução da categoria “mulher” enquanto questão de sentido e lugar privilegiado para a reconstrução do feminino e para a recuperação de experiências emudecidas pela tradição cultural dominante. É nesses termos que esse fazer literário se inscreve, com seu potencial reflexivo, como prática micropolítica.

A desarticulação do sistema binário de gênero e das relações de poder nele embutidas, a partir da reconstrução da noção de diferença e de sujeito, cujos efeitos ocorrem no nível da subjetividade e da auto-representação por meio das funções de significação e representação, por si só produz a ruptura definitiva da hegemonia do idêntico, redimensionando a noção de cultura em termos de inclusão da multiplicidade, heterogeneidade e legitimidade de outros sujeitos sociais e discursivos.

A pergunta, tão recorrente na crítica literária, “existe uma escrita feminina?” vem, geralmente, marcada pelo desejo de valorizar uma linguagem que se oporia à política falocêntrica de representação, com sua racionalidade e sua organização hierárquica em torno do significativo privilegiado. Outras vezes, a pergunta já contém certa predisposição, antecipando uma afirmativa, pois ela já parte de uma posição formada *a priori* para argumentar contra o que seria entendido como puro biologismo. Isso é, a imposição de uma categorização sexual à escrita. Não há dúvida de que a questão suscita polêmica, especialmente quando não há uma qualificação ou contextualização da expressão. Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que a expressão “escrita feminina”, tal como é usada hoje, rompe com o sentido atribuído a ela pela crítica literária do século XIX e seus remanescentes nesse século, que a identificava como expressão de uma sensibilidade contemplativa e exacerbada de um sentimentalismo fantasioso.

Na tentativa de caracterizar o universo da literatura de autoria feminina, alguns atributos constitutivos devem ser destacados de modo a revelar um processo de criação exclusivo. Antes de tudo, emerge a questão da autoria da narrativa. Ela expressa uma posição diante do mundo e carrega um caráter de exclusivo, a renomada experiência feminina. Isso autoriza a presença do eu que escreve e narra, e que é portador de um ponto de vista próprio, que revela um olhar na perspectiva da mulher. Em segundo lugar, reitera-se deste sujeito narrador uma posição consciente acerca de seu papel social e do seu direito de expressão. Conclui-se disso uma função política, na medida em que tais autoras assumem sua posição de mulher nos processos de alteridade. Com relação à escrita de mulheres, uma das perguntas que se pode esboçar é: "Como o imaginário feminino se manifesta na escrita das mulheres, ou como se constrói, a partir da escrita de mulheres, o imaginário feminino?" Esse modo de perguntar retira a questão do essencialismo do feminino que possui uma visão totalizadora da mulher e desloca o problema para diversidade de posições enunciativas do sujeito feminino nas mulheres. Pelo poder que a palavra enunciada, anunciada e impressa possui, as mulheres nomeiam seus problemas por meio de metonímias, metáforas ou mesmo corporalmente. Para tanto, elas têm buscado as palavras apropriadas para exercerem seu direito à voz.

Assim, ao se pensar na escrita de mulheres, deve-se levar em conta percepções e valores diferentes dos masculinos. A cultura feminina rompe com estruturas convencionais do pensamento androcêntrico. Sendo assim, é importante ressaltar que, ao se falar em valores femininos e de aspectos próprios da criação literária das mulheres, não se pode identificar uma especificidade restrita ao grupo de mulheres. É necessário considerar características que possam ser reconhecidas como predominantemente femininas pela sua sintonia com aspectos dominantes na vida das mulheres, a sua experiência corporal, interior, social e cultural.

Referências e bibliografia de apoio

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, J. *Variações sobre sexo e gênero*: Beauvoir, Wittig e Foucault. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990. p. 139-54.

BRANDÃO, R. S. *A mulher escrita*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004

CANDIDO, A. A nova narrativa. A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, p. 199-215, 1987.

CHARTIER, R. Formação social e hábitos: uma leitura de Norbert Elias. In: *A história cultural*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, p. 212-223, 1990.

CIXOUS, H. L'Approche de Clarice Lispector. *Poétique; Revue de Théorie e d'Analyse Litteraires*. Paris, (40): p. 408-419, nov. 1975.

COLASANTI, M. Por que perguntam se existimos. In: SHARPE, Peggy(org). *Entre resistir e identificar-se*. Florianópolis: Mulheres, p. 33-43, 1997.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, Set. /Dec. 2003, vol.17, n. 49, p.151-72. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em 17 jan. 2007.

DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas, in *Estruturalismo*: antologia de textos teóricos. Eduardo Prado Coelho (org.). Martins Fontes, p.101-123, [s.l., s.d.].

ECO, U. *O signo*. Lisboa: Presença, 1973.

FIORIN, J. L. F. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HALL, S. *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage Publications, 2000.

KANDALL, T. R.; *The women question in classical sociological theory*; Miami: Florida International University Press, 1989.

LAURETIS, T. Eccentric Subjects: Feminist Theory and Historical Consciousness, *Feminist Studies*, 16(1), Spring, p. 115-151, 1990.

_____. A tecnologia do gênero, in: HOLLANDA, H. B. *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. São Paulo, Rocco, p. 207-208, 1994.

LEMAIRE, R. Repensando a História Literária. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 58-71, 1994.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LOBO, L. Dez anos de Literatura Feminina Brasileira. In: _____. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 48-65, 1993.

_____. A literatura feminina na América Latina, *Revista Brasil de Literatura*. Ano 1. jul./set.1997. Disponível em <<http://members.tripod.com/~lfilipe/LLobo.html>>. Acesso em 15 set. 2006.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Estudos feministas*, v. 8, n. 2, p. 35, 2000.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

RAJAGOPALAN, K. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, L. e ORRICO, E. G. D. (orgs) *Linguagem, Identidade e Memória Social – novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP & A, p. 45-53, 2002.

RICOEUR P. *Interpretação e ideologias*. Hilton Japiassu (Org.). 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.17- 42, 1987.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, v. 16. n. 2, Porto Alegre, p.5 jul./dez. 1990.

SCHMIDT, R. T. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, M. H. (org). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, p.182-189, 1995.

SHOWALTER, E. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, H. B. de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, p. 23-57, 1994.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZILBERMAN, R. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 2004.